



CIÊNCIA, TRABALHO E TEMPO: A NECESSIDADE DE NÃO TÊ-LOS

GOMES, Melina Sousa¹

¹ Professora (UniAteneu; UECE), Psicóloga (UFC), Mestra em Sociologia pela UFC, Graduada em Ciências Sociais pela UECE – Fortaleza – CE, e-mail: melinasousagomes@gmail.com

RESUMO

Este ensaio propõe-se à reflexão teórica sobre as categorias de ciência, trabalho e tempo no contexto do modelo produtivo capitalista. O objetivo é problematizar estes conceitos entendendo que tal qual estão postos na contemporaneidade, são insustentáveis sob os pontos de vista da saúde ambiental e da produção de conhecimento, sendo necessário priorizar formas diversas de sistematização do mundo em práticas, saberes e relações de produção e trabalho. Para tanto, trago uma discussão sobre o que o trabalho ontológico de Marx tornou-se no capitalismo industrial à luz das ideias de Foucault sobre corpo e disciplina. A partir destas categorias, entro na discussão sobre tempo produtivo e impasses da contemporaneidade no que diz respeito à sistematização e produção de saberes nas ciências sociais. Finalmente, trago exemplos de experiências locais que convergem no sentido propositivo de um modelo sustentável de manutenção de saberes e nova proposta de paradigma do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência, Trabalho e Tempo.

INTRODUÇÃO

Conhecimento de Mundo e Produção de Saber: que interfaces?

Há muitas formas de se conhecer o mundo. A ciência é uma delas, a literatura, a poesia, uma criança ao levar objetos à boca, um fotógrafo a registrar momentos e eternizá-los em forma de imagem, um ser errante que vagueia a esmo e espreita o movimento do sol ou desenhos das estrelas.

Todas as teorias, hábitos e práticas que decorrem das expressões supracitadas, possuem em comum o interesse em expressar, organizar e/ou melhor sentir as formas do mundo tal qual elas se apresentam e despertam os sentidos.

Dessa forma, o cientista, curioso por excelência, achou por bem sistematizar uma regularidade de eventos a fim de facilitar a existência a tal ponto que, em certos contextos, tomou para si a prerrogativa de verdade e a presunção de poder sistematizar o mundo como modelos pré-concebidos ou interpretativos limitados. É neste cientista que vamos nos deter com maior atenção, pois o objetivo deste ensaio é travar um debate teórico sobre a necessidade de transição de modelo epistemológico de conhecimento de mundo, trazendo exemplos relatados na literatura acerca das experiências contemporâneas sobre novas propostas de produção de ciência e construção de saberes.

Inicialmente, é preciso pontuar que não há necessidade de abandono total de métodos, conceitos ou teorias forjadas anteriormente pelo empreendimento científico. Ao que venho chamando de ciência, está a forma de saber construída na modernidade, à luz das influências positivistas, deterministas, sob a lógica da



exploração de recursos naturais como se estes fossem infindáveis e pautada na necessidade de dominação entre os povos e, posteriormente, no modelo capitalista de produção.

Ao atrelar a categoria de ciência ao capitalismo, precisamos falar sobre Trabalho. Não no sentido alienado de que este se revestiu a partir do século XVIII, mas do trabalho em seu sentido ontológico, ou seja, aquele que forma o ser.

Pretendo deter-me à categoria de *disciplina* (Foucault, 1987) para pensar algumas questões referentes ao mundo do trabalho sob os moldes do capitalismo e em suas transformações frente à onda ultraliberal que promove cada vez mais o desmonte dos direitos dos trabalhadores.

Em seguida, trago duas reflexões que considero importantes desdobramentos da realidade capitalista que vivenciamos, e que serão problematizadas a partir das construções histórico-culturais que elaboramos, bem como a proposta de um novo paradigma sobre conhecimento de mundo.

Por fim, alguns exemplos de ideias, tentativas e implementações daquilo que chamo de “novas antigas propostas”, pois se trata de novidades epistemológicas tão somente dentro de um modelo predatório e dizimador da ciência moderna, ao passo que o conhecimento tradicional e popular dos povos originários há muito domina tais tecnologias.

O fio condutor de toda esta discussão será a linha do tempo, categoria que, juntamente com trabalho, deve ser redimensionada pois, sem esta relativização, não é possível operacionalizar a mudança de foco necessária a um novo modelo interpretativo do mundo, bem como de ação frente a este paradigma proposto para reinterpretação acerca dos saberes sobre os modos de produção.

METODOLOGIA

De cunho essencialmente teórico, este ensaio traz à baila a discussão conceitual que ronda as três categorias explicitadas no título: ciência, trabalho e tempo. Para as duas primeiras, as reflexões pautam-se sobretudo a partir das orientações trazidas pela literatura acadêmica, à luz de Boaventura de Sousa Santos, o conceito de *disciplina* em Foucault e a visão marxiana do trabalho.

Já na discussão sobre o tempo, sua conceituação torna-se mais fluida por contar com exemplos de relatos de experiências e vivência encontradas igualmente no âmbito do referencial teórico acadêmico, porém sendo nova antiga proposta de paradigma de conhecimento.

A pesquisa é essencialmente bibliográfica e parte do interesse e da curiosidade pessoal da autora que, no cotidiano de dona de casa, prioriza práticas sustentáveis de consumo e produção, sobretudo, além de atentar para os microespaços de revolução com as pequenas resistências políticas e ideológicas do dia a dia, a fim de que o mundo que habitamos se torne cada vez mais um local justo e igualitário.

Somou-se ao interesse e gosto pessoais por formas conscientes de consumo, o estudo de anos dedicados à Psicologia Social do Trabalho e da Saúde, bem como a formação em constante diálogo com as demais ciências sociais. É a partir deste local pessoal e profissional que surge este ensaio.



Trabalho, tempo e disciplina

Para falar em *disciplina*, à luz de Foucault, é preciso, em primeiro lugar, dizer que o autor pouco se prende a definições, sendo mais afeito à construção de categorias de entendimento do que à elaboração de conceitos. Portanto, não será trazida uma definição do que seria disciplina em sua obra, mas, sim, uma ideia que comunique o que ele pensou sobre a solidificação deste termo, bem como a de outros autores são necessários para a compreensão do fenômeno da disciplina.

Um destes termos é o *corpo dócil*. Para Foucault, o ser humano passa por vários processos de adestramento na materialidade de seu corpo durante as etapas de socialização, sobretudo a partir da adequação para o convívio em sociedade. Isto ocorre especialmente através da educação, seja familiar ou institucional – pela saúde, escola, religião, forças armadas e demais produtores de discursos normativos.

Este corpo deve ser voltado para uma economia que o torne útil, dócil e produtivo. Seu controle e organização de gestos, tempos e movimentos garantirão a manutenção de um sistema no qual cada sujeito deverá ocupar o espaço social que lhe foi designado em termos concretos ou metafóricos. Portanto, o conjunto de métodos normativos que docilizam esse corpo pode ser chamado de disciplinas.

No campo do trabalho, temos a visão marxista de que esta categoria é inerente ao ser humano, ou seja, o trabalho é considerado ontológico. É a partir da interação e da transformação do meio que o indivíduo forma sua subjetividade, é por meio da relação dialética de construção que o homem é autor e produtor da obra que imprime sua materialidade no mundo.

No mundo capitalista as transformações dos modelos produtivos, sobretudo a partir da Primeira Revolução Industrial do século XVIII, promoveu o distanciamento do ser humano de seu trabalho ontológico. Assim, o homem deixa de deter os meios de produção, passa a vender sua força de trabalho e começa a produzir, não mais investindo em geração de valor de uso, mas, sim, em valor de troca e aliena-se do processo produtivo como um todo, tendo somente alguma vaga (ou nenhuma) ideia sobre o que é o produto final de sua obra.

É preciso haver estranhamento, o trabalhador precisa ter certa disciplina para a correta distribuição dos indivíduos no espaço. E, para tanto, algumas técnicas são utilizadas, tais como: 1) a *cerca*, que delimita o espaço dos indivíduos, podendo ser espaços de encarceramento de modo mais ou menos evidente; 2) o *quadriculamento*, “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” (p.123); 3) as *localizações funcionais*, determinando espaços úteis; 4) a *fila*, que classifica os indivíduos de forma que seja possível identificar sua função a partir da posição ocupada na fila.

Um ótimo exemplo da aplicação destas técnicas de disciplinamento é a observação do mundo do trabalho no modelo capitalista. Temos que o modo de produção industrial, especialmente no cenário fabril, utiliza-se de uma combinação destes mecanismos que permitem que a fábrica prospere e a produção seja otimizada, trazendo pouco gasto tempo e de custo.

A linha de produção é caracterizada por uma série de atividades esvaziadas de sentido, repetitivas e de pouca complexidade, pois dessa forma é possível aproveitar ao máximo a força do trabalho humano que



passa a atuar como mero reproduzidor de movimentos controlados e vigiados em ritmo e tempo nos moldes de máquina.

O próprio ambiente de trabalho pode ser considerado um tipo de cerca com seus regulamentos que impõem fardamento e ambiente diferenciado. Na linha de montagem, cada indivíduo ocupa necessariamente um lugar na fila, o que corresponde à etapa pela qual é responsável e, por isso, ele não pode sair de lá, ser removido ou remanejado, a menos que seja de pronto substituído – quadriculamento. Sua localização, obviamente, é funcional, como tudo é na fábrica e o sistema de produção capitalista não admite inutilidades de temporalidades ou espaços.

Este trabalhador alienado, por sua vez, é constantemente controlado e vigiado. Através dos mecanismos de observações constantes ou da ideia de vigilância contínua, como é o caso do pan-óptico, todas as técnicas de disciplinamento visam docilizar este corpo para torná-lo útil, produtivo, e passam a ser introjetadas nas posturas e comportamentos do corpo do trabalhador.

É a partir desta introjeção que a multidão ganha a forma de quadros vivos aos quais, através de uma rápida observação, mostra-se como multiplicidade organizada.

Para que esta multiplicidade permaneça inteligível, atua-se com mecanismos de controle sobre ela. Um deles, bem típico, diz respeito ao horário. É o relógio de ponto da fábrica, as sirenes sinalizam os intervalos, o tempo regulado para servir, para repor a força gasta no serviço, para o amor, para a leitura. Até os momentos que parecem ser “livres” estão expostos a uma regulação, na medida em que há tempo para exercê-los: amor não se faz à luz o dia; lazer fica para os sábados e santidade para os domingos – estas temporalidades não são, de forma alguma, livres.

Além de controlado, este tempo, ainda que travestido de livre, deve ser integralmente útil, daí sua correlação com o corpo e os gestos:

O controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar suporte ao ato requerido. Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização mínima do gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica – uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador (FOUCAULT, 1987, pp.129-130).

Há ainda a articulação corpo-objeto, que tipifica a relação que o corpo deve manter com o objeto com o qual lida, seja produto ou ainda outro corpo; e, por fim, a utilização exaustiva desse corpo que deve ser sugado, retirada toda sua energia; “importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis” (p.131).

E quais seriam, então, as possíveis estratégias para tentar uma vivência de atividade mais integrada ao que Marx chamou de trabalho ontológico? Será possível esta experiência de mundo dentro do modelo de



produção capitalista? Para refletir sobre tais questões, volto ao debate sobre ciência e conhecimento de mundo.

Novas Antigas Propostas de Ciência e Conhecimento de mundo

Diante do exposto, fica evidente que a forma que o trabalho foi organizado a partir do século XIX influencia diretamente as percepções sobre as atividades, bem como nosso modo de vida e consumo.

As sociedades urbanas e industriais pautaram-se em um modelo de desenvolvimento social e econômico a partir de moldes científicos que se voltam ao entendimento do mundo como um grande espaço a serviço do ser humano, de onde se devem extrair recursos para garantir não só a sobrevivência, mas a existência produzida em uma idealização e fetichização de corpos, produtos e mercadorias – físicas ou simbólicas.

O pensamento científico, longe da neutralidade, em muito contribuiu para isso. A ciência moderna foi capaz de fazer crer, sem muito questionar-se, que urbanização e industrialização são sinônimos de evolução, felicidade, bem-estar e saúde.

Através do trabalho e do corpo do trabalhador o controle ideológico e simbólico passa a ser um importante instrumento de conformação da sociedade produtiva.

Como ilustração, basta pensarmos no quanto a cidadania no Brasil está relacionada ao trabalho e ao tipo de trabalhador. E não qualquer um, mas aquele formalizado, datado, regrado, uniformizado e com algum estudo. O trabalhador braçal, rural, os indivíduos camponeses ou artesãos que lidam diretamente com matéria-prima, produção e distribuição, tendem a ser menos valorizados do que os operários de fábricas e suas hierarquizações.

Acontece que não há sociedade sem interdependência, não há patrão sem empregado, é impossível haver produção de conhecimento sem que estejamos atentos à natureza, logo a cidade não sobrevive sem o campo. Em outras palavras, o trabalhador urbano não comerá caso o campo se esvazie.

Para superar tais limites e aproximar a pesquisa da realidade é preciso assumir a complexidade com que esta se apresenta, buscando alcançar uma múltipla percepção dos fatos sociais, abrangendo os aspectos que se lançam ao olhar e os que dele se escondem. (...) A teoria da Complexidade propõe um pensamento que une e não separa todos os aspectos presentes no universo. Considera a incerteza e as contradições como parte da vida e da condição humana e, ao mesmo tempo, sugere a solidariedade e a ética como caminho para a religação dos seres e dos saberes (RIGOTTO, 2011, pp.40-41).

Esta aparente contradição nos leva à formulação de pelo menos duas indagações: a primeira é entender de que forma as transformações na sociedade ocorreram ao ponto de fazer crer que tais modos de produção podem ser separados, ou ainda, que um deles pode não ser importante; e mais: após reflexão sobre a interdependência, haverá um “caminho de volta” possível para que o paradigma da ciência moderna seja revisto e assim garanta um modelo produtivo de práticas e saberes sustentáveis?



Obviamente são perguntas que demandam extensa reflexão e para as quais não há resposta simples ou única, somente imaginação e expectativas. Trabalhem, então, a partir de duas vertentes plausíveis para o auxílio nesta empreitada: as ciências sociais, que nos vêm mostrando ao longo dos séculos, formas possíveis de sistematizar transformações do mundo; e a construção de saberes a partir de uma nova proposta para o paradigma da ciência: teoria da complexidade, epistemologias feministas e do sul, ecologia de saberes e articulação com povos originários e movimentos sociais.

Agroecologia e o tempo de trabalho

As Ciências Sociais e Humanas nos fizeram pensar, durante muito tempo que houve um desenvolvimento lógico e linear na humanidade que se deu no curso do tempo cronológico. Tal pensamento evolucionista, pautado no modo de conhecimento privilegiado do mundo, ou seja, baseado no pensamento científico ocidental, forjou um tipo de trabalhador escravo do tempo do capital.

Isto posto, devo admitir que talvez fosse mais adequado falar sobre *ritmo* que propriamente em *tempo* de trabalho, até porque a noção de tempo, tal qual fomos habituados, é o tempo do capital, o famigerado “tempo é dinheiro”. Ritmo de trabalho diz respeito ao processo de desaceleração em respeito ao tempo da natureza, que não se submete nem se submeterá ao tempo do homem capitalista.

A Agroecologia, em sua proposta de menor impacto possível no meio ambiente, para poder gerar recursos, toma por base um outro ritmo de trabalho que não o fabril. Não é possível, na natureza, a produção em série de alimentos, não por impossibilidade quantitativa, mas pela diversidade qualitativa de formas que não segue o padrão da produção industrial.

O “controle de qualidade” da indústria alimentícia em sua sede de eliminação do diferente, do pequeno, do menos colorido ou mais disforme, faz com que grande parte da produção de gêneros alimentícios seja desperdiçada baseada em critérios não naturais de um padrão de consumo elitista e voltado para a satisfação de empresas que comercializam comida. Assim, a comida, somente por ser comida, não torna este empreendimento mais ou menos sensível aos reclames do capital, ou seja, sua produção, distribuição e relação de exploração com o trabalhador e com o ambiente em pouco ou nada diferem de qualquer outra indústria.

Acontece que, por ser comida, trata-se de uma necessidade real do ser humano, ainda que possa ser fetichizada quando encarada como mercadoria. Sabemos que o capitalismo ao gerar demanda por consumo, pauta-se, além de na desigualdade social e na exploração do trabalhador que não detém os meios de produção, na priorização do valor de troca entre mercadorias fetichizadas.

Diferente do valor de uso, que geralmente é fruto do trabalho concreto e serve para a manutenção de alguma esfera da vida no âmbito das necessidades humanas, o valor de troca é gerado pela demanda imaginária fruto do trabalho abstrato que opera mediante a fetichização das mercadorias.



Quando pensamos na relação entre indústria alimentícia e valor de troca, não podemos negar que, por ser comida, ainda que não escape da fetichização necessária ao mercado, a comida tem em si um valor de uso. Em outras palavras, por mais que possamos falar em fetichização do mercado de comercialização de alimentos, não é permitido ao ser humano a ausência do consumo destes produtos e, por isso, a teoria da complexidade aqui ganha tanta relevância.

Falar em produção agroecológica é criticar diretamente uma das maiores indústrias do capitalismo tupiniquim, herança de uma colonização perversa e privatista. No conjunto de mazelas e desmantelos trazidos ao ambiente e ao trabalhador na produção da agroindústria, algumas alternativas a este modelo produtivo surgem e merecem destaque na consolidação da luta por direitos. É sobre elas que me deterei no próximo tópico.

Que outras formas de conhecimento?

Para interpretar os exemplos que se seguem, inspiro-me na ideia de *ecologia dos saberes* difundida por Boaventura de Sousa Santos. Primeiramente, é preciso admitir a diversidade epistemológica do mundo. Segundo o autor, a ciência moderna à qual estamos habituados é somente uma das formas de conhecimento que, no decurso do tempo, tornou-se privilegiada frente às demais. A ecologia dos saberes, por sua vez,

Procura dar consistência epistemológica ao saber propositivo. Trata-se de uma ecologia porque assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles. A ecologia dos saberes assenta na independência complexa entre os diferentes saberes que constituem o sistema aberto do conhecimento em processo constante de criação e renovação. O conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é autoconhecimento (SANTOS, 2010, p.157).

Ao trazermos a proposta da ecologia dos saberes à produção agroecológica, estamos admitindo que a ciência moderna em sua ânsia de hipervalorização do tempo não dá conta de um modelo produtivo que não esteja pautado nas leis de mercado. O tempo natural que engendra o ritmo de trabalho a quem lida diretamente com a produção de gêneros alimentícios não é o tempo do relógio que forma a imagem do trabalhador ideal.

Vale ressaltar que não há aqui um saudosismo de tempos remotos, onde só se ingeria o que se plantasse e colhesse no quintal de casa, e as trocas de víveres se davam por meio das relações comunitárias ou vicinais; há, sim, a clareza de que, caso o atual modelo de produção (seja produção científica, laboral ou alimentícia) não seja repensado urgentemente, ele entrará em um colapso irreversível.

Sabendo que historicamente foi delegada à mulher a responsabilidade pela organização doméstica e familiar (ÀRIES, 2006; RAGO, 1985), há sentido em afirmar que, por essa condição social imposta e acatada, ela se tornou a principal guardiã e gerenciadora dos recursos da casa. Isso inclui a gestão de alimentos,



podendo ou não englobar, a depender do contexto, o manejo de solo, água e demais recursos naturais para plantio e colheita.

Esta condição de gestora implica necessariamente em um modelo de conhecimento e construção de um saber que independe, até certo ponto, do conhecimento científico moderno, capitalista, ocidental, violento e dizimador que estou julgando ultrapassado. Esta construção, longe de estar voltada a um saudosismo nostálgico de tempos remotos, nos aponta para outra possibilidade de (re)conhecimento do mundo: a epistemologia feminista.

Todo nosso modelo de sistematização de fenômenos se dá dentro da lógica masculina. É a lógica da dominação, expropriação, do externo, produtivista e racional. É a lógica da sobrevivência do mais forte, ainda que este mais forte seja posto à prova de maneira covarde (BOURDIEU, 2012).

Admitir que as mulheres atualmente são as principais guardiãs de formas sustentáveis de produção é reconhecer, dentro deste processo histórico violento e machista do patriarcado, que, a nós, restou o lugar de promover, através da sistematização dessa forma feminina de lidar com o mundo, a mudança de paradigma do que é entendido enquanto ciência.

Vale ressaltar que isso não tem nada a ver com predeterminações biológicas ou inclinações inatas de gênero, mas como resultado de um conjunto de variáveis que, ao longo da história, descambaram no que hoje conhecemos como a proposta de uma epistemologia feminista para podermos vislumbrar a ideia de progresso e avanço, não a partir da relação ilusória de controle e domínio da natureza, mas, sim, através da convivência consciente da não dissociação humano/natureza.

As comunidades tradicionais há muito estão cientes dessa indissociação, por estarem formadas ou não por povos originários. Desta feita, também o conhecimento indígena, das comunidades quilombolas e dos povos de terreiro, bem como das comunidades ribeirinhas e das associações de pescadores, dos movimentos sociais que combatem o racismo, o preconceito e a intolerância, também em muito contribuem para a alteração do paradigma de ciência.

Breves exemplos e relatos de caso: experiências na Chapada do Apodi

Na publicação intitulada “Agrotóxicos, Trabalho e Saúde”, organizada por Raquel Rigotto (TRAMAS - UFC), podemos ter acesso a uma série de relatos de caso, experiências, teorização e práticas sobre luta e resistência de movimentos organizados pela população civil articulada com a Universidade, algumas políticas públicas e ainda movimentos sociais, com ou sem cunho político-partidário.

Na terceira parte deste livro, “alternativas e resistências ao modelo de desenvolvimento na região: abrindo campo para possibilidades emancipadores” são expostas a condições de precariedade e de vulnerabilidade às quais foi submetida a população da Chapada do Apodi, no Ceará, por meio da exploração da agroindústria na região.

Em linhas gerais, é possível destacar dois impactos de grande porte no modo de vida da população: a passagem do modo de vida rural para o urbano, sem que isso tenha partido da comunidade; os riscos e



agravos que o novo modelo produtivo trazem à saúde. Não bastassem estes dois elementos destacados, pode-se afirmar que a luta tomou outra dimensão e visibilidade desde a trágica morte de José Maria do Tomé, líder comunitário e militante que foi assassinado em 2010 devido à luta e ao engajamento político.

A região hoje é referência nacional no que diz respeito à articulação e êxito em ter atendidas algumas demandas. Através de associações, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento de Resistência das Comunidades do Tabuleiro, o Movimento 21, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Rede Cáritas, Universidade etc., a região do Baixo Jaguaribe, conseguiu-se efetivar ganhos significativos no que diz respeito à manutenção da saúde ambiental e laboral do local.

Exemplos disso são os reassentamentos propostos pela comunidade com o intuito de distanciar a população das áreas de maior risco, devido à exposição indevida aos agrotóxicos; à expulsão de uma grande multinacional da região pelo extremo desrespeito à legislação ambiental; à possibilidade de produção agroecológica sem necessidade de estar submetido à lógica de exploração da agroindústria e, por fim e mais recentemente, à proibição de pulverização aérea de agrotóxicos na região.

Ao mergulharmos no discurso dos atores locais, compreendemos que em torno de 2.096 hectares de área contínua da proposta de reassentamento, tem-se a defesa: do modo de vida característico e da melhoria da qualidade de vida no campo; da promoção da agrobiodiversidade das comunidades e da biodiversidade do bioma Caatinga; da preservação e conservação ambiental para integralidade dos recursos e serviços ambientais; das futuras gerações; dos processos de transição agroecológica como alternativa ao “desenvolvimento”; de um trabalho em consonância com o biorritmo, digno, saudável e emancipador; da vida em comunidade em que os laos familiares e culturais e os vínculos com a terra sejam respeitados; de políticas públicas dialógicas promotoras de justiça, saúde, e paz no campo; das alternativas de convivência com o semiárido; da sustentabilidade socioambiental e de processos históricos locais; da autonomia e da organização comunitária; do saber e medicina popular; de sementes agroecológicas, segurança alimentar e nutricional das famílias: soberania alimentar; de outra perspectiva de sociedade (SILVA et al, 2011. p, 461-462 In: RIGOTTO, 2011).

Estes breves exemplos e exposição de perspectivas da luta local representam um pequeno recorte de que ainda é possível, na prática e no dia a dia de uma população violentada pelo tempo imposto e pelo sistema capitalista ao corpo do trabalhador com a justificativa do progresso científico, realizar mudanças significativas no sentido de priorizar um novo modelo de interpretar e sistematizar o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão que pode pairar sobre o novo paradigma científico envolve potencialmente uma antiga relação já muito debatida nos espaços de formação acadêmica: as interpenetrações entre ciência e senso comum. À guisa de conclusão, considero importante ressaltar que a proposta de construção de um novo



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

paradigma sobre o conhecimento e suas sistematizações extrapolam a dicotomia entre ciência e senso comum.

O que vem sendo aqui posto como argumentação central é que apenas dizer que ciência e senso comum comunicam-se é pobre e esta relação por si só não configura valorização do conhecimento popular, se este continua servindo de corolário ao desenvolvimento para os moldes do capitalismo urbano e industrial.

O conhecimento cotidiano das pessoas comuns não precisa do aval da ciência para ser considerado válido, fenômeno no qual nossas Universidades são especialistas: “estudos realizados em laboratório comprovam a eficácia medicinal da planta x, utilizada largamente pelos indígenas. A ciência não deveria se ocupar de provar o óbvio através de métodos mirabolantes, e sim em garantir a manutenção da vida em nosso planeta.

Ao falarmos sobre novo paradigma de conhecimento, estamos tentando valorizar todas as formas de conhecimento existentes através de uma ecologia, e não buscando reproduzir uma hierarquização comprovadamente tão nociva.

Esta valorização não se dá pela negação do valor científico de todas as in(ter)venções realizadas até hoje, que não são poucas e muito menos desimportantes, mas faz-se necessário ter a lucidez em compreender que uma única proposta de organização de conhecimentos sobre o mundo é incapaz de dar conta da complexidade da realidade material e simbólica.

Por fim, reafirmo a necessidade em reconhecer as produções de saberes periféricos, dos movimentos sociais, das novas epistemologias, das comunidades tradicionais e povos originários.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir** – o nascimento da prisão. 20ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, B. de S. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIGOTTO, R (org.). **Agrotóxicos, Trabalho e Saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto de modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011.